

No mês em que se realiza o Congresso da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGTP), propomos uma reflexão sobre o sindicalismo, o trabalho e a democracia em tempos de globalização neoliberal. Que problemas, desafios e oportunidades se colocam hoje aos sindicatos e às sociedades? Trabalho, desemprego e precariedade, solidariedade nacional e global, relação com o Estado, partidos políticos e movimentos sociais, autonomia sindical e pluralidade, modelo social e privatizações, reformas e rupturas, ética e democracia – estes e muitos outros temas são aqui abordados por **André Freire, Elísio Estanque e Manuel Carvalho da Silva**.

O país arrasta-se neste pantanal de falta de ética

Entrevista a **MANUEL CARVALHO DA SILVA** *

Por José Neves, Nuno Teles e Sandra Monteiro

Quando decidiu avançar para o curso académico, porque optou pela sociologia e não pela economia ou pela ciência política?

Explico isso na própria tese. A opção teve a ver com o percurso de vida feito. Quando decidi ir fazer o exame *ad hoc*, comecei a pensar para onde é que me encaminhava e fui trocando impressões com alguns amigos e pareceu-me haver mais proximidade com aquilo que eu queria na sociologia do que noutras áreas. Pus a hipótese do direito, pus a hipótese da economia e ainda uma outra que tinha a ver com as minhas opções de criança... ainda fui ver se havia aí algum curso de engenharia, que sonhava em pequenino ser engenheiro electrotécnico, se um dia tivesse condições. Depois acabei por fazer dois ou três trabalhos durante o curso sobre a proximidade do sindicalismo com a sociologia. Dois deles até estão publicados em revistas da área da sociologia.

Mas não foi para sociologia com o objectivo de estudar o sindicalismo?

Não, foi mais para arrumar conhecimentos que tinha e para aprofundar conhecimentos e matérias em que sentia grandes debilidades.

Que proximidade é essa que encontra entre sociologia e sindicalismo?

Uma das coisas que observei nessa altura era a existência de vários dirigentes no activo ou ex-dirigentes sindicais que estavam em sociologia. Os porquês, os porquês têm muito a ver com a observação do terreno, do comportamento da sociedade, dos processos de socialização. O trabalho está no centro da socialização e, portanto, há aqui conexões...

Porque é o sindicalismo pouco estudado na universidade?

Noutros países é bastante estudado. Nós somos a sociedade que somos. Temos alguns atrasos em relação a aspectos fundamentais do posicionamento dos portugueses perante a sociedade. O processo de industrialização em Portugal foi um processo tardio, cheio de contradições. Estamos a entrar quando os outros já estão a sair... Se associarmos a isto, nas últimas décadas, um acentuar de posições, para não lhes chamar valores, de direita... E depois este pretensão pós-modernista de que o trabalho já não era central e que os movimentos do trabalho não são fundamentais... Eu fui aluno no ISCTE, que é uma escola de referência do trabalho, mas no ISCTE encontrei pontualmente um ou outro professor para quem falar do trabalho era uma coisa mal vista. E há universidades em Portugal que ainda mantêm esse distanciamento: o que é isso de falar do trabalho, do sindicalismo? Isto tem implicações. Se nós formos ver as centenas e centenas de empre-

sas que encerraram nos últimos anos e que, para justificá-lo, se disse que tal seria inevitável... Não há um sentido de responsabilidade mínimo que pergunte por que é que as coisas acontecem assim.

«É um crime que forças sociais-democratas e outras forças de esquerda tenham secundarizado o trabalho»

Na tese alerta várias vezes para a centralidade do trabalho. Dela conclui que o movimento sindical, o movimento do trabalho, deva ter um papel liderante em relação aos outros movimentos sociais?

A partir da observação que fui fazendo ao longo dos anos, mas também cruzando com imensos contributos teóricos, procurei definir aquilo que, do meu ponto de vista, constitui a centralidade do trabalho. Não falo da centralidade do trabalho em abstracto. Apresento nove componentes para essa centralidade do trabalho. O trabalho como factor de produção, como factor essencial de socialização, como elemento integrador da sociedade, como expressão de qualificações, como emanção de direitos sociais e de cidadania, como direito universal e espaço de dignidade e valorização humana, como condição de acesso aos padrões de consumo e aos estilos de vida, como actividade humana que se adapta e valoriza numa sociedade crescentemente chamada a cuidar do ambiente e dos valores ecológicos, mas o trabalho também, e esta é outra componente, como factor de alienação.

A generalidade das pessoas vive do trabalho, e a maioria vive do trabalho remunerado e do trabalho por conta de outrem. Do ponto de vista da acção social e política, esta amplitude de centralidade coloca-nos diversos desafios. Há, pois, dimensões desta centralidade do trabalho que são diferentes de há 30 anos ou de há 50 anos e que apelam a que as organizações específicas do trabalho, desde logo os sindicatos, formulem propostas, reivindicações e acções muito concretas, tendo em conta a articulação de todas estas questões. Assim, os sindicatos não podem nem devem diluir a dimensão específica do seu espaço de intervenção. Porém, estas componentes da centralidade do trabalho também nos mostram que em torno destas matérias não actuam apenas os sindicatos. Há hoje um conjunto de outros movimentos, de outras dinâmicas, como a ecologia. E os sindicatos têm que encontrar caminhos de aliança e de articulação com todos esses movimentos, sem se descaracterizarem e tomando uma outra precaução: que seja uma acção articulada em que haja cuidado com as hegemonias.

Existe ainda um outro aspecto da centralidade do trabalho. É que ela hoje se

expressa no contexto de uma sociedade muito marcada por um processo de globalização marcadamente injusto, violento, anti-ético, limitador dos horizontes de desenvolvimento da sociedade. Como tal, os sindicatos também têm que fazer alianças com movimentos em geral caracterizados como anti-sistémicos.

E que novas perspectivas daí poderão resultar?

Não há processos de ruptura com êxito se previamente não houver pressão para as mudanças quantitativas que justificam a necessidade de rupturas à sociedade e, portanto, a preparação para fazer as rupturas à medida que lhe vão dando ganhos de percurso. Quando olhamos hoje o mundo do trabalho vemos que os conteúdos reivindicativos dos trabalhadores, dos sindicatos, tendo dimensão específica de carácter laboral, pedem respostas que dependem de rupturas no plano político. É preciso trabalhar isto de forma articulada, o que coloca desafios às forças de esquerda que querem romper com este sistema. Por isso digo que é um crime que forças sociais-democratas e outras forças de esquerda tenham secundarizado o trabalho. Mas repito, trata-se de ver a centralidade do trabalho com a amplitude que mencionei e não defender uma centralidade do trabalho de há 50 anos atrás... É indispensável que a agenda política, das forças sociais e políticas, numa atitude de ruptura com o actual sistema, procurem caminhos alternativos para o actual sistema.

Mas, atendendo ainda à questão da centralidade do trabalho, e à forma como hoje a recoloca, queremos perguntar-lhe que desafios os sem-trabalho, os desempregados e os precários colocam ao sindicalismo.

Temos cada vez mais esta rotação emprego-desemprego, desemprego-emprego. E, para mim, há dois conjuntos de não-activos: os trabalhadores na condição de desempregados e os pós-activos, que são extraordinariamente importantes para a mobilização da sociedade, já que estamos numa sociedade com aumento da esperança de vida. Teremos no futuro um mercado de trabalho profundamente mar-

cado pela condição dos pós-activos, aquelas pessoas que estão fora do mercado de trabalho, com 55 anos ou 60 anos, com pré-reformas e reformas, e cuja condição influencia as condições concretas do mercado de trabalho. Assim como as condições deles, em termos de futuro, vão resultar do mercado de trabalho. Estamos numa fase de fortes manipulações, em que isto não é facilmente entendido.

Mas eu vou um pouco mais atrás. Chamo a atenção para o seguinte: vivemos debaixo de um individualismo institucionalizado – a formulação não é minha, é do Ulrich Beck –, que é uma construção que, isolando os indivíduos, os responsabiliza. Aumenta a sua responsabilização mas diminui a capacidade de resposta devido ao isolamento que a precede. Eu referi o Beck, mas o Richard Sennett, em *A Corrosão do Carácter*, explora muito bem todo este quadro.

Uma das características das posturas neoliberais no exercício da governação é isto: compartimentar, compartimentar e depois coloca uns contra os outros. Isto é um problema muito complexo. Por exemplo, a nível da precariedade do trabalho, é preciso um combate que entenda que a precariedade no trabalho não é uma questão específica do trabalho. Insere-se numa das características da sociedade actual, a insegurança. A precariedade é a expressão dessa insegurança transportada para a organização do mercado de trabalho. Uma das linhas de trabalho, defendendo-o na minha tese, que tem que ser mais desenvolvida, é a de levar os jovens a identificarem quais as relações, que são muitas e profundas, entre os condicionaisismos resultantes da precariedade no trabalho e as suas condições efectivas de vida.

Diz-se que os sindicatos devem encontrar soluções para os jovens. Pois, com certeza... Mas não há soluções para a juventude desligadas da abordagem das questões de fundo que marcam o mercado de trabalho. E o que é que o marca hoje? Muitas coisas, do ponto de vista da estruturação e organização do capital, das empresas, do papel do Estado. Mas há dimensões fundamentais que precisam de ser estudadas: o aumento da esperança de vida, o aumento quantitativo e qualitativo das mulheres no trabalho e os processos

migratórios. Quem vem de África, fazendo todos os sacrifícios, sabe que há uma alternativa... E, portanto, só é possível encontrar respostas para os jovens se formos aqui a um confronto das questões grossas e totais do mercado de trabalho. E lá estamos nós a cair sempre nesta visão ampla da centralidade do trabalho.

Não o preocupa que hoje, em Portugal, as tentativas mais ou menos incipientes de organizar os precários se desenvolvam fora do âmbito dos sindicatos? Estamos a lembrar-nos, por exemplo, do caso dos intermitentes do espectáculo.

Há boas iniciativas dos sindicatos em relação aos precários, pontualmente consideradas. Agora, não há soluções para os precários sem uma mobilização conjunta dos trabalhadores, e isso é um problema. Para articular respostas no mercado de trabalho é necessária coesão intergeracional e esta está profundamente ferida.

Não por acaso, uma das principais críticas aos sindicatos diz que estes apenas defendem os interesses particulares dos trabalhadores que se encontram em posição de emprego seguro, trabalhadores que são por regra identificados com gerações menos jovens...

Em regra, os que defendem essa teoria apresentam como solução acabar-se com os direitos dos que têm direitos. Face a isto é preciso defender, no quadro do direito do trabalho, a sua forte marca colectiva, reconhecendo que o trabalhador não está em pé de igualdade com a entidade patronal e que aqui não estamos no campo do direito civil – não são dois cidadãos que estabelecem um contrato. Esse argumentário de que os sindicatos cuidam dos que têm direitos e secundarizam os outros está a ser usado, no essencial, para dizer que é possível explorar mais noutros sítios.

Preocupa-o que esse discurso seja interiorizado pelos mais jovens?

Esse argumentário tem ajudado a criar barreiras entre os mais novos e os mais velhos. A forma como o capital lida com os mais velhos, dizendo-lhes que para





eles os direitos não estão em causa, tem desarmado os mais velhos na sua obrigação de solidariedade para com os mais novos. É uma verdade inquestionável. Construir um discurso sindical que combata esses comportamentos e crie solidariedades não é fácil.

É costume dizer-se que «isto antigamente é que...», e fala-se muito dos anos 60 do século passado como um período em que prevalecia o colectivo. No entanto, tenho a opinião de que a geração a que pertencem se descuidou imenso em relação à solidariedade.

Além do mais, esta questão da solidariedade coloca-se à escala mundial. Os trabalhadores da América Latina dizem-me: não percam o vosso modelo social, nós queremos ir para aí, não cedam. Entretanto, também temos que abrir os olhos e ver que há milhões e milhões de seres humanos que estão a ter trabalho remunerado pela primeira vez, em geral mal pago, mas que isso para eles representa um salto qualitativo. A título de exemplo, tínhamos isto presente: na China, na fase actual, desenvolve-se um processo importante, com o governo chinês a desenvolver uma legislação de trabalho de direitos mínimos. É um processo que está em marcha. Eu não estou aqui a fazer defesa de coisa nenhuma, mas estou a chamar a atenção para este factor. Quando nós aqui estamos habituados a fazer acção política, muitas vezes de encenação, para deixar passar as coisas em sentido oposto. Eu tenho a ideia, pelo que procuro observar da China, as características do poder, a sua cultura, que quando os chineses estão a colocar isto na legislação é para executar. É claro que as multinacionais norte-americanas, mas também outras, ameaçam que caso entre em vigor uma legislação mínima se deslocarão para outros sítios. Mas isto é um sinal positivo do ponto de vista global.

Os sindicatos nos Estados Unidos, como têm reagido a estas mudanças?

Um dos problemas com que se debatem os Estados Unidos é a amputação de liberdades sindicais. Diminuiu o número de trabalhadores americanos que neste momento tem direito à sindicalização, pois foram colocados condicionais múltiplos à sindicalização. Não é por acaso que isso começa a ser um tema que está na ordem do dia nos Estados Unidos, tal como a discussão do salário mínimo federal. Portanto, há sinais múltiplos.

«Positivamente condenados a desenvolver um trabalho mais intenso no plano das relações internacionais»

Face a esses sinais múltiplos, de que são parte os movimentos migratórios, não acha que o sindicalismo já deveria ter uma maior dinâmica internacionalista?

Essa é uma questão que se coloca aqui e noutros países. Os imigrantes têm as suas culturas e procuram defender-se. Nós sabemos qual é o espírito de partida dos imigrantes, é ir buscar meios suficientes e retornarem. Claro que a vida, depois, prega as partidas todas que nós conhecemos e, portanto, os comportamentos são complexos, por isso é que eu disse que um dos conteúdos que mais marcam o mercado de trabalho do ponto de vista geral é o processo de migrações.

Na sua tese chega a falar da necessidade de o sindicalismo encarar a necessidade de um novo paradigma multicultural...

É indispensável...

... Superar o quadro meramente nacional?

Não é superar... é articular. Nós temos em Portugal um pensador da relação global/local, Boaventura de Sousa Santos. Não há global sem local, não há local sem global. Numa conferência em que participei com o director-geral da OIT [Organização Internacional do Trabalho], aqui há uns anos numa das sessões do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, ele dizia que aqui em Porto Alegre estamos todos, mas aqueles que vivem aqui, é aqui que todos os dias têm que encontrar transportes, têm que ver as condições de alimentação, têm que ver as condições de saúde, de educação, é aqui que têm que fazer as reivindicações... Se não damos atenção ao local e estamos só a falar do global, comemos-nos as papas na cabeça.

Como é que vê, neste quadro, a emergência da Confederação Internacional de Sindicatos (CSI), juntando duas grandes confederações sindicais?

Estamos positivamente condenados a desenvolver um trabalho mais intenso no plano das relações internacionais. Mas há armadilhas: face à dimensão do ataque à instituição Estado e às suas funções, e perante o imenso poder das multinacionais — hoje o factor mais determinante para o funcionamento e para a determinação da própria constituição das instituições a nível nacional e mundial —, temos uma tentativa do capital multinacional de estoirar com a divisão social e internacional do trabalho, controlada pelos Estados, substituindo-a por uma divisão social e internacional do trabalho muito marcada pelo poder económico. Isto com base numa teoria muito simples que, de quando em vez, alguns papagaios aparecem a debitar: se uma empresa tem uma unidade em Palmela, outra no Vale do Silício [Silicon Valley], outra em Rostock, outra em Pequim, outra numa ilha qualquer do Pacífico, por que é que há-de permanecer aqui? Por que é que essa empresa há-de lidar com um direito do trabalho na Califórnia, outro em Portugal, outro na Polónia?

Dinâmicas como estas estão a marcar a evolução do mundo do trabalho e do sindicalismo. Creio que a Confederação Sindical Internacional surge, não o ignoremos, carregada de motivações políticas e sindicais que resultam das pretensões de diferentes forças políticas e sociais. Do ponto de vista conceptual, surge como uma organização que vem corresponder aos interesses dos trabalhadores no mundo e apela a algumas ferramentas que o movimento sindical em tempos conheceu. O período do segundo pós-guerra foi um período de consolidação dos sindicatos na defesa de coisas fundamentais. Claro que também foi um período em que o poder político e económico precisava dos trabalhadores e dos sindicatos para conseguir recuperar do desastre. Foi o período em que os sindicatos tiveram mais direitos de participação. Basta lembrar que na génese da União Europeia, em funções hoje comparáveis às de um comissário europeu, havia um trabalhador. É claro que este processo de articulação internacional está marcado por dois problemas a resolver: em primeiro lugar, o

peso muito forte de organizações sindicais conservadoras no movimento sindical, organizações com posições políticas muito limitadas; em segundo lugar, a persistência de práticas que ainda vêm da Guerra-fria e que o capital vai explorando até ao limite. A CSI tem estes desafios a vencer mas é uma base, uma base que se poderá alargar. Vai haver mais cooperação. Encontramos muitos dirigentes sindicais experimentados na CSI, da África do Sul ao Brasil, passando por outros países da América Latina, dirigentes que vão cuidar destes défices.

E a nível estritamente europeu?

Os países do alargamento criaram um novo cenário à União Europeia. Os grandes problemas da União Europeia (UE), tanto internos como em relação a terceiros, estão por resolver. O Tratado não vai resolver nada em relação às grandes questões. Os problemas da UE resultam de se assumir ou não como pólo alternativo no contexto mundial. Depois, há a questão da alteração de papéis no interior da UE. A Alemanha, num processo que começou nos anos 90, com a reunificação, libertou-se de anteriores condicionais e tem hoje maior peso; a França, até por causa disso, tinha um peso que hoje perdeu; a Inglaterra tem um pé dentro e um pé fora; e há países emergentes, como a Espanha...

No seguimento do colapso do bloco socialista, o alargamento, sendo absolutamente justo do ponto de vista político, fez com que os países de Leste se transformassem num cavalo de Tróia do capitalismo, contra a visão social-democrata do projecto da União Europeia. Usam-se os mais baixos patamares de direitos vigentes nesses países para se ferir os direitos dos trabalhadores de cá.

É claro que isto tem evoluções. Se virmos que, nos países do alargamento, os salários vêm crescendo a um ritmo muito próximo dos dois dígitos ao ano, concluímos que não demorará muito a que fiçamos atrás em média salarial. Nestas circunstâncias, como é que se vai dar o combate?

A Confederação Europeia de Sindicatos tem várias debilidades. Uma delas é a ausência de capacidade crítica significativa. Outra é a insuficiência das suas intervenções a nível macroeconómico, o que tem levado à revitalização das organizações sectoriais, nomeadamente das comissões de trabalhadores. No desenvolvimento, até ao limite, desta estratégia do capital, uma estratégia criadora de uma estrutura vertical através da ideia de que as comissões de trabalhadores é que serão boas negociadoras, começaram a surgir episódios muito significativos de suborno.

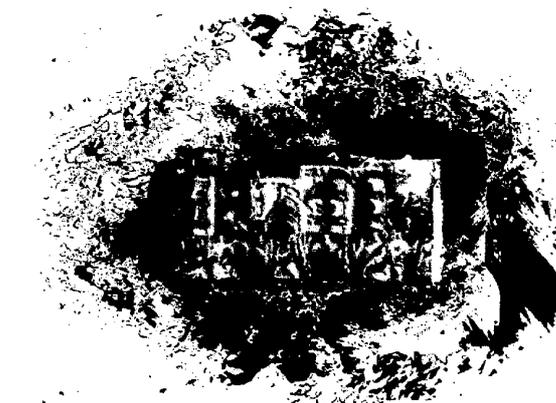
«Não abdicó dos meus direitos de cidadania nem dos meus direitos políticos»

Hoje em dia, a CGTP mobiliza muita gente em várias manifestações de rua, mais do que no tempo do último governo do Partido Socialista. Significa isso que a CGTP tem mais poder do que nessa altura?

É muito importante que a CGTP tenha a capacidade de mobilização social que, por exemplo, se manifestou na manifestação de Outubro (200 mil pessoas, números da Polícia). Isto é muito importante, cria confiança, esperança. As pessoas vivem uma situação muito preocupante: o país arrasta-se neste pantanal

de falta de ética que, noutros países, com uma estrutura democrática mais sólida, provocaria grandes rupturas. A falta de cumprimento das promessas eleitorais, a visão reaccionária do primeiro-ministro, que fala de interesses particulares e corporativos e que nos quer fazer crer que acima disso existe um interesse geral de que ele será sempre o intérprete. Isto é uma vigiarice do ponto de vista político.

Existe hoje imensa gente que não só não tem confiança como anda a fugir da vida, sem coragem para encarar os problemas do dia-a-dia, cada vez mais dependente. Neste contexto, estas movimentações de massas são importantíssimas para os trabalhadores, mas também para a sociedade. São luzes que dão força. É claro que isto só não chega. Temos grandes défices na construção de espaços de intervenção a nível dos locais de trabalho privado mas também público, espaços



que possibilitem que o confronto capital-trabalho crie novas relações de força, mais favoráveis aos trabalhadores. No tempo de [António] Guterres tínhamos menos gente na rua, mas hoje, no espaço do local de trabalho, o confronto entre patrão e trabalhadores é mais desequilibrado do que então. Hoje é mais fácil um trabalhador manifestar-se na rua do que no seu local de trabalho. A luta era mais forte, as pessoas reagiam mais. Até porque há uma cada vez maior desatenção das forças políticas em relação às questões do trabalho, secundarizando o que é produtivo em prol do especulativo. A agenda sindical tem que ser igualmente tomada pelos partidos políticos.

Mas a questão que muitas vezes se coloca é a da falta de autonomia da CGTP...

Quando à questão da autonomia sindical, é preciso dizer que ela começa por ser limitada no campo das relações com o poder económico. A autonomia começa a ser amputada quando se corta a liberdade sindical. Em Portugal, se a liberdade sindical for um facto, a questão da autonomia resolve-se. Os trabalhadores sindicalizar-se-ão e como são seres adultos, como todos os outros, encontrarão formas de participação e organização que salvaguardem a autonomia. Outra questão é a necessidade de o poder económico respeitar a representação colectiva.

No plano político, diz-se que os partidos influenciam os sindicatos. Em Portugal, insisto, o drama é que os partidos que deveriam tomar os problemas do trabalho como sua responsabilidade tomam os sindicatos como adversários, desarmando os trabalhadores na sua intervenção. Partidos e não só. A Igreja católica, que teve um papel importante face aos problemas do trabalho, abandonou isso e esta factura paga-se. Estas forças acabam assim por deixar espaço para que outras, que mantêm compromissos com os trabalhadores, não tenham de fazer o confronto em todas as suas dimensões, podendo inclusive ter visões mais organizadas susceptíveis de prejudicarem o próprio movimento sindical.

Ainda em relação à questão da autonomia, os sindicatos têm eles mesmos que tomar medidas para salvaguardá-la. Em primeiro lugar, têm que ter autonomia financeira. Em segundo lugar, precisam de

ter sindicalizados — um sindicato até pode negociar um bom contrato, mas se não existirem estruturas na empresa que vigiem a sua aplicação, isso de pouco serve. Em terceiro lugar, os sindicatos precisam de cuidar da vida democrática interna.

Temos uma última pergunta. No fim do ano, quando voltarmos a fazer uma entrevista, entrevistá-los-emos como líder sindical, em fase de pós-doutoramento ou a preparar uma candidatura presidencial?

Temos Congresso da CGTP a 15 e 16 de Fevereiro. Estou profundamente empenhado na preparação do Congresso. Agora, a decisão sobre a direcção, sobre quem fica, essa é uma discussão que está a ser feita. E não posso adiantar mais do que isto. Os apelos à minha continuidade, a nível da estrutura executiva, são gerais. Mas isso é apenas uma vontade das pes-

soas e esta é uma discussão que também tem que ver com linhas programáticas.

Quando à sociologia, se continuar como secretário-geral, é certo que terei alguma actividade no plano académico, tal como sucedeu até aqui. O quê e como, isso veremos ainda.

Quando ao resto, só vos posso dizer que, seja qual for a evolução das coisas, não abdicó dos meus direitos de cidadania nem dos meus direitos políticos. O que vou fazer ou não, não o imagino. Mas é que não imagino mesmo.

SOBRE O LIVRO BRANCO DAS RELAÇÕES LABORAIS

«Quando o governo tomou posse, o actual ministro do Trabalho dizia que era preciso mexer no código do trabalho porque os trabalhadores e os sindicatos estavam vulneráveis. Lendo-se este Livro Branco, constata-se que o diagnóstico é interessante, pois revela uma enorme objectividade quanto ao estado do mercado de trabalho. Contudo, as medidas depois propostas vão num sentido oposto. Sustentam a matriz de baixos salários e baixas qualificações em que o país se encontra, secundarizando o produtivo e mantendo a precariedade. O documento tem uma estruturação muito arduosa e não vai ser fácil desmontar as suas propostas. Mas há consequências fáceis de identificar, como a facilitação do despedimento e desvalorização da contratação colectiva, estabelecendo-se patamares de compromisso que pouco ou nada importam para a vida das pessoas. São propostos mecanismos que levam a que a negociação salarial dependa cada vez mais da iniciativa do patrão. O argumentário economicista sobre põe-se às dimensões sociais e políticas do contrato de trabalho, colocando mais poder nas mãos do patrão. Ora, a negociação colectiva é ainda a forma de harmonização dos direitos sociais.»

* Secretário-Geral da CGTP-IP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional). Autor de *Trabalho e sindicalismo em tempo de globalização* (Temas & Debates, Lisboa, 2007) e de *Agir contra a corrente* (Campo das Letras, Porto, 2002).

Para um comentário ao livro *Trabalho e sindicalismo em tempo de globalização*, ver p. 20

DEBATE SINDICALISMO E GLOBALIZAÇÃO NOVOS DESAFIOS

27 de Fevereiro, quarta-feira | 21h30 | Livraria Terceira | Fábrica Braço de Prata (Sala Eduardo Braço de Prata) | Rua da Fábrica do Material de Guerra, n.º 11, Matosinhos | Lisboa

André Freire | Elísio Stanque José Nuno Matos | António Avelãs

Organização: Le Monde diplomatique - edição portuguesa





DOSSIÉ SINDICALISMO E GLOBALIZAÇÃO: NOVOS DESAFIOS

Sindicalismo e democracia na era da globalização

Por ANDRÉ FREIRE*

Nos próximos dias 15 e 16 de Fevereiro, realizar-se-á um Congresso da CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses), a central sindical portuguesa com mais filiados e maior lastro na história do país. Estes dois factos justificariam, por si só, que se desse um significativo relevo ao Congresso, bem como ao sindicalismo de um modo geral. Mas outros elementos dão relevo acrescido ao evento. Nomeadamente, a eventual substituição do prestigiado secretário-geral, Manuel Carvalho da Silva⁽¹⁾, por alguém alegadamente mais próximo da (e controlável pela) direcção do Partido Comunista Português (PCP), bem como o que essa eventual substituição (caso ocorra) poderá significar em termos da presença e do peso relativo das várias tendências (comunista, socialista, católica, bloquista, renovação comunista, etc.) na condução dos destinos da central sindical⁽²⁾. De acordo com várias notícias veiculadas na imprensa, estará em disputa não só a questão de saber qual será a personalidade que irá liderar a CGTP nos próximos tempos, mas também, e sobretudo, o dilema sobre o caminho a seguir pela central. Uma CGTP alegadamente mais alinhada com o PCP, menos plural e menos atreita a compromissos, ou, em alternativa, sublinhando a autonomia face ao PCP, dando voz activa às várias tendências (mesmo que minoritárias) e adoptando uma postura mais aberta a compromissos (vitas mais democrática), embora sem abdicar da radicalidade necessária à alteração do *statu quo*. Este último projecto é corporizado por Carvalho da Silva, bem como por outros dirigentes que lhe estão próximos, e representa uma tentativa de evitar a guetização da CGTP⁽³⁾.

Análise aqui as principais teses anti-sindicalistas das correntes neoliberais no contexto da globalização. Argumentarei que, tendo em conta as tendências pesadas da globalização a que temos assistido nas últimas décadas, precisamos de um sindicalismo forte, renovado e mais abrangente, capaz de contrariar os cada vez maiores desequilíbrios entre capital e trabalho, favoráveis ao primeiro.

A narrativa neoliberal sobre a globalização e as teses anti-sindicalistas

De acordo com a doutrina neoliberal, quer o peso do Estado quer as organizações sindicais constituem entraves ao livre funcionamento do mercado, logo reduzem a *performance* da economia⁽⁴⁾. Vejamos dois exemplos recentes deste tipo de discurso.

Primeiro exemplo, da autoria de Alberto Alesina e Francesco Giavazzi:

«Ainda que as regulamentações do mercado de trabalho tenham muito a ver com a criação do elevado e persistente desemprego europeu, é quase politicamente impossível e economicamente incorrecto eliminar todos os tipos de protecção laboral. [...] Não há dúvida de que os sindicatos têm um papel a desempenhar numa sociedade democrática. O problema é que, muitas vezes, exorbitam o seu dever de representar os trabalhadores junto dos patrões e abusam do sistema. Em muitos países, os sindicatos desempenham um papel político. Sentam-se à mesa dos governos e negociam directamente a política económica. [...] Os governos europeus têm de ter a coragem de fazer frente aos sindicatos que se comportam como lóbis e que defendem grupos relativamente privilegiados de trabalhadores.»⁽⁵⁾

«Irá o ressurgimento político dos sindicatos desviar o curso da globalização? Ou será que a sua crescente força vai servir para tornar a globalização mais sustentável? [...] A influência cada vez maior dos sindicatos é evidente em muitos acontecimentos: [...] Juntamente com a sua influência política, está também a ressurgir a respeitabilidade intelectual dos sindicatos. Após décadas de menosprezo por parte dos economistas, [...] o movimento sindical recebe neste momento apoio de líderes respeitados como Paul Krugman, que defende que é necessário que haja sindicatos mais fortes para impedir os piores excessos da globalização. [...] Para os países ricos, a redistribuição de rendimentos é muito mais bem conseguida pelo sistema fiscal e de benefícios, do que pelos decretos governamentais para fortalecer os sindicatos. [...] Para os países com rendimento médio a questão é mais complicada. Mas, também aí, aumentar os direitos legais e estatutários dos trabalhadores, e, ao mesmo tempo, permitir que a maior parte dos sindicatos se extinguisse, parece ser a abordagem certa.»⁽⁶⁾

Esta argumentação tem vários problemas. Primeiro, com um forte peso do sector público e com fortíssimos sindicatos, as sociedades escandinavas, que estão entre as mais competitivas no actual contexto da globalização, evidenciam que, no mínimo, não há uma relação necessária entre o peso do Estado, a força das organizações sindicais e o bom funcionamento dos mercados (ainda que bastante regulados). Segundo o Observatório Europeu das Relações Industriais (European Industrial Relations Observatory, EIRO), em 2004 os cinco países da Europa (UE25 + 3) com maiores taxas de sindicalização são a Suécia, a Dinamarca, a Finlândia, Malta e a Noruega: entre 90,8 e 72,1 por cento. Portugal (30,6) está a meio da tabela. Mais, quando compararmos as taxas de sindicalização da Europa (34,7) com o mundo inteiro (15,0) somos obrigados a concluir que há uma correlação positiva entre a robustez do sindicalismo e o nível de desenvolvimento económico, social e político.

Segundo: vivemos pelo menos desde o início dos anos 1980, nomeadamente desde os consulados de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, sob a hegemonia do

pria União Europeia, nomeadamente desde Maastricht). Uma marca deste período, sobretudo quando comparado como o período anterior (do pós-guerra), é que as taxas de crescimento económico são menores do que as taxas de crescimento verificadas no auge do período do capitalismo regulado e dos sindicatos fortes. Vejamos o caso dos Estados Unidos, país onde o enfraquecimento dos sindicatos foi bastante acentuado: as taxas de crescimento médio anual do produto interno bruto (PIB) foram de 4,11, entre 1950-59, 4,41, entre 1960-69, 3,24, entre 1970-79, 2,98, entre 1980-89, e 3,00, entre 1990-99.⁽⁷⁾ Dados de outros países apontam no mesmo sentido. Ou seja, a evidência estatística mostra que o período áureo de aplicação das receitas neoliberais, e pelo menos nalguns países, dos sindicatos enfraquecidos ainda não conseguiu superar o período do capitalismo regulado e dos sindicatos fortes em matéria de performance macroeconómica. Portanto, também estes dados evidenciam que os problemas encontrados não podem ser assacados ao sindicalismo.

Terceiro: uma das teses fundamentais associada à narrativa neoliberal sobre a globalização é a de que esta beneficia toda a gente. A expansão do comércio mundial seria uma forma adequada de aumentar a riqueza e o bem-estar dos seres humanos à escala mundial. Terá até beneficiado um número significativo de pobres de alguns países do Sul. Porém, os resultados gerais da globalização tal qual tem vindo a ser conduzida estão à vista. As taxas de crescimento do PIB são inferiores às do período do capitalismo regulado. Há um aumento das desigualdades à escala mundial, quer no seio dos países, quer entre países⁽⁸⁾. Face aos anos 1960, nas grandes potências mundiais, os «salários recebem (hoje) a menor parcela do PIB de sempre»⁽⁹⁾. Na União Europeia a Quinze, o peso dos rendimentos do trabalho na riqueza nacional (PIB) passou de 65 por cento, em 1980, para 57 por cento, em 2005.⁽¹⁰⁾ Ou seja, a globalização tem beneficiado sobretudo as grandes empresas transnacionais e o capital financeiro e bastante menos as populações, nomeadamente as dos países mais desenvolvidos. Tanto assim é que o próprio Fundo Monetário Internacional (FMI)⁽¹¹⁾ e certos especialistas⁽¹²⁾ alertam para os riscos que o processo corre, a continuar nestes termos. Tudo isto

Quarto: as teses anti-sindicalistas de Alesina, Giavazzi e Rogoff enfermam de um paternalismo inaceitável numa sociedade democrática. Como lembrava Elísio Estanque acerca das derivas anti-sindicalistas do actual governo do Partido Socialista (PS)⁽¹³⁾, não compete aos governantes, nem aos patrões e, acrescento eu, nem aos académicos, dizer quais são os «sindicatos bons» e os «sindicatos maus».⁽¹⁴⁾ Podemos considerar que os sindicatos precisam de renovar as suas estratégias, quer na arena nacional, quer na arena internacional, para responder aos novos desafios da globalização. Nomeadamente, podemos considerar que necessitam de estabelecer amplas frentes transnacionais para poderem influenciar o curso da globalização ao nível das instâncias internacionais.⁽¹⁵⁾ Além disso, podemos considerar que precisamos de alargar a sua base social de apoio e, por isso, carecem de prestar mais atenção a determinadas categorias mais desprotegidas e menos bem organizadas (trabalhadores precários, jovens, imigrantes, mulheres, homossexuais, etc.), de se articular com os chamados «novos movimentos sociais» e de, numa palavra, estabelecer frentes sociais tão amplas quanto possível (não se deixando encerrar em guetos, de qualquer espécie que seja) em defesa da dignidade humana e de condições de trabalho decentes⁽¹⁶⁾. Porém, numa sociedade democrática e emancipada, as organizações da sociedade civil são supostamente autónomas e, por isso, respondem primeiro, e acima de tudo, perante os seus associados. Desde que cumpram as regras do jogo democrático e do Estado de direito, os governos e os patrões só têm que encará-las como interlocutores a quem devem respeitar e com quem devem dialogar, a bem da coesão e da paz sociais. Além disso, a exclusão de determinadas forças do diálogo social, *maxime* quando se trata da maior central sindical de um país, só contribui para alimentar o radicalismo e a guetização das mesmas e isso não interessa ao desenvolvimento dos países⁽¹⁷⁾. Aliás, uma das razões do sucesso do sindicalismo na Escandinávia é a atribuição de grandes responsabilidades aos sindicatos (nomeadamente na gestão de benefícios sociais e de sistemas de formação profissional), usualmente conhecido como «sistema Ghent»⁽¹⁸⁾. Talvez o governo do PS, que gosta tanto de referir as «melhores práti-

diálogo social que nos chegam da Escandinávia em vez de andar a desperdiçar o tempo e a energia a dizer quais são os «sindicatos bons» e os «sindicatos maus».

Mas o paternalismo de Rogoff passa também por defender uma actuação magnânime e caridosa do poder político, para simultaneamente permitir a extinção dos sindicatos: «*«aumentar os direitos legais e estatutários dos trabalhadores, e, ao mesmo tempo, permitir que a maior parte dos sindicatos se extinguisse»*. Além de paternalista, esta tese faz tábua-rasa de que, geralmente, os direitos sociais foram conquistados, nomeadamente fruto da acção dos sindicatos, e não outorgados. Mais, o que mostram as tendências pesadas da globalização descritas atrás, é que, ou os direitos (e a partilha da riqueza) são conquistados, ou vão sendo sistemática e crescentemente retirados (em benefício do capital).

* Professor de Ciência Política, ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), Lisboa.

- Carvalho da Silva alia um conhecimento prático profundo do sindicalismo, resultado de cerca de vinte anos à frente da CGTP, com um apurado conhecimento teórico do mesmo. Veja-se a sua tese de doutoramento: *Trabalho e sindicalismo em tempo de globalização*, Círculo de Leitores/Temas & Debates, Lisboa, 2007.
- Ver São José Almeida, «Sindicalismo. Mudanças à vista na principal central portuguesa», *Público*, 9 de Janeiro de 2008.
- Ver São José Almeida, «Líder do PCP elogia Carvalho da Silva, mas recusa falar sobre apoio à continuidade do sindicalista na CGTP», «Lista para a direcção da CGTP ficou por fechar após reunião preparatória do Congresso», «Dirigentes da CGTP protestam contra influência do PCP e apoiam Carvalho da Silva», *Público*, 18, 22 e 26 de Janeiro de 2008, respectivamente. Ver também a entrevista ao secretário-geral neste jornal.
- Ver Alfred Saad-Filho e Deborah Johnston, (eds.), *Neoliberalism: A Critical Reader*, Pluto Press, Londres, 2005.
- Alberto Alesina e Francesco Giavazzi, *O futuro da Europa. Reforma ou declínio*, Edições 70, Lisboa, 2007, pp. 86 e 94-95.
- Kenneth Rogoff, «O Paraíso dos trabalhadores», *Público/Economia*, 18 de Janeiro de 2008. Rogoff é professor de economia e políticas públicas na Universidade de Harvard (Estados Unidos) e foi economista-chefe do FMI.
- Alfred Saad-Filho e Deborah Johnston (eds.), *op. cit.*, p. 16.
- Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) no *Público*, 15 de Janeiro de 2006.
- Diário de Notícias*, 28 de Novembro de 2006.
- João Rodrigues e Ricardo Paes Mamede, «Neoliberalismo e crise do projecto europeu», *Le Monde Diplomatique - edição portuguesa*, Julho de 2007.
- Público*, 6 de Abril de 2007.
- Diário de Notícias*, 25 de Maio de 2007.
- Sobre as derivas anti-sindicalistas do governo, ver André Freire, *Crónicas políticas heterodoxas*, Sextante, Lisboa, 2007, pp. 136-138 e 139-157.
- Elísio Estanque, «O sindicalismo e a conflitualidade social», *Público*, 23 de Novembro de 2007; ver também António Pedro Dores, «A liberdade e o sindicalismo», *Público*, 22 de Novembro de 2007.
- Ver Hermes Costa, «As respostas do sindicalismo face à globalização: as organizações sindicais internacionais», *Fimisteria - Revista de Reflexão Crítica*, número tripló especial 58/59/60, 2008, sobre o tema «sociedade civil e poder político».
- Elísio Estanque, «Sindicalismo e movimentos sociais» e «Entre os velhos e os novos activismos», *Janus 2008 - Portugal no mundo - O que está a mudar no trabalho humano*, *Público/Universidade Autónoma de Lisboa (UAL)*, Lisboa, 2008, pp. 184-188.
- Aliás, provavelmente por pensar de forma semelhante à nossa, o ilustre fundador do PS e antigo presidente da República Portuguesa, Mário Soares, não só disse, numa entrevista a *Diário de Notícias* (25 de Novembro de 2007), que o «governo devia dialogar com os sindicatos» «para resolver problemas graves como as desigualdades sociais e a pobreza» como organizou uma conferência onde juntou não apenas vários sindicalistas (da CGTP e da União Geral dos Trabalhadores, UGT) mas também académicos e políticos de vários quadrantes («Os desafios do desenvolvimento - as dinâmicas sociais e o sindicalismo», Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 11 de Janeiro de 2008).
- Vêja-se a este respeito Maria da Paz Campos Lima «O sindicalismo na Escandinávia», *Fi-*



O sindicalismo na encruzilhada

Por **ELÍSIO ESTANQUE***

Perante as convulsões que o mundo do trabalho tem vindo a sofrer e face ao crescente ataque ao sindicalismo por parte de governos e patrões do mundo inteiro, importa realçar o significado histórico e social do movimento sindical, e reflectir criticamente – com objectividade, mas assumindo uma perspectiva de esquerda e politicamente empenhada – sobre os problemas e desafios da acção sindical hoje, tendo presente o papel fundamental dos sindicatos no conjunto da sociedade, designadamente no contexto europeu e português. É esse o objectivo deste texto⁽¹⁾.

Do movimento operário ao Estado-providência

O movimento operário emergiu, como se sabe, na sequência de um conjunto de convulsões que marcaram a Europa da era moderna. Foram as duras condições impostas pelo capitalismo selvagem do século XIX que fizeram emergir o operariado como classe. A classe operária (a inglesa, que serviu de modelo) não surgiu, como por vezes se pensa, animada fundamentalmente por objectivos progressistas, revolucionários ou emancipatórios mas, em boa medida, a partir de lutas desencadeadas em nome da defesa da comunidade e muitas vezes contra a inovação técnica, como foi o caso do movimento ludista.

Porém, nem a resistência dos trabalhadores à inovação e ao progresso técnico nem a acção reivindicativa são suficientes para que estejamos perante um movimento social. Este requer a combinação dos princípios de *identidade* (um sentimento de pertença ao colectivo ou à classe), *oposição* (a identificação de um adversário) e *totalidade* (uma perspectiva que conjuga os interesses dos filiados com os objectivos mais gerais de luta contra a opressão). Convém no entanto não esquecer que a acção sindical foi desde sempre (e continua a ser) pautada pela diversidade. Embora a actividade sindical tenha raízes fortes no movimento operário, isso não significa que todo o sindicalismo seja de movimento. Alguns teóricos clássicos do movimento sindical, como o casal Sidney e Beatrice Webb, sublinharam acima de tudo a vertente economicista, reivindicativa e funcional dos sindicatos – o chamado *sindicalismo de mercado* –, que efectivamente deu lugar às modalidades mais corporativas e institucionais do sindicalismo moderno.

O objectivo de conciliar a luta por melhorias salariais e condições de trabalho com a missão de solidariedade internacionalista só em circunstâncias particulares teve algum sucesso, nomeadamente por influência da doutrina marxista, que contribuiu para desenvolver uma identidade colectiva – e uma consciência «de classe» –, que se propôs substituir as injustiças do capitalismo pelo «paraiso» socialista. Apesar dos sustos e recuos que isso infligiu às classes dominantes, o velho *slogan* da *Manifesto* comunista e a grande narrativa da «vanguarda» operária não passaram afinal de uma mistificação. Entre a *linguagem de classe* e o fenómeno em si sempre houve mais dissonâncias do que simónias. Mas, se essa utopia se «desfez no ar», a edificação do *Welfare State* na Europa industrializada foi pelo menos tão real como o «socialismo real» do campo soviético. O novo modelo social – contratualizado por sindicatos, patronato e Estado – trouxe, de facto, importantes conquistas para os trabalhadores, elevou os seus níveis de bem-estar material. Além dos dispositivos de regulação dos conflitos, as políticas sociais promoveram a estabilidade do



Ilustrações de Margarida Ornelas

emprego, que se tornou um canal privilegiado de mobilidade social e factor de prestígio social.

Porém, ao mesmo tempo que tais processos estimulavam o consumo e a integração da classe trabalhadora, os sindicatos alteraram os seus esquemas de funcionamento. A sua crescente influência no plano institucional, no desenhar das grandes reformas sociais, teve como contraponto uma progressiva perda de influência junto das bases. Enquanto o sector operário entrava em perda perante a rápida terciarização do emprego, cresce a chamada *classe de serviço* (a classe média assalariada) e – sobretudo a partir dos anos oitenta – acentuava-se cada vez mais o declínio das taxas de filiação sindical (pelo menos no mundo ocidental)⁽²⁾. Embora no funcionalismo público elas se mantivessem elevadas, graças ao reforço das lógicas neocorporativistas nos segmentos mais estáveis do emprego.

Os novos movimentos sociais dos anos 60-70

Os chamados novos movimentos sociais (NMS), nascidos na década de 60, trouxeram para a arena política formas criativas de activismo e intervenção pública, introduzindo um novo discurso, e novas e mais democráticas modalidades de organização. O desenvolvimento de uma geração em ruptura com o passado notava-se já na música *rock*, no cinema, na poesia, na arte, na literatura, etc., onde a *rebelião sem causa* da juventude dava lugar a culturas de dissidência que alimentaram o florescimento dos NMS. As correntes pacifistas, feministas, ambientalistas, estudantis, etc., revestidas de formas e tonalidades discursivas diferenciadas trouxeram uma nova aura de utopia e esperança à luta política da época.

Perante o clima de guerra fria, a corrida aos armamentos, a Guerra do Vietname, o espectro de uma guerra nuclear, a crise do Estado-providência, lado a lado com a demarcação perante a ortodoxia leninista e estalinista – sobretudo após a Primavera de Praga –, expandiram-se amplas movimentações e protestos, dinamizados por camadas sociais diversas mas em especial pela juventude escolarizada, que se propunha mudar radicalmente o mundo mas defendendo o «mundo da vida» contra o «sistema». Contendo no seu seio uma vasta gama de correntes ideológicas

(trotskismo, maóismo, leninismo, guevarismo, feminismo, pacifismo), os NMS dos anos 60-70 tiveram nessa diversidade a base da sua autonomia. Demarcaram-se da «vanguarda operária» e imprimiram ao conflito político novos contornos que não o da luta de classes, enquanto o sindicalismo, por sua vez, não deixou de olhá-los com desconfiança e ceticismo.

Animados sobretudo pelos sectores radicais da juventude poluída das classes médias urbanas, os NMS mostraram a sua novidade em aspectos como as estruturas flexíveis e formas *ad hoc* de organização, as lideranças efémeras e relativamente espontâneas, os objectivos de luta simultaneamente imediatos e de longo prazo («o futuro é agora!»), as denúncias locais e globais («pensar globalmente, agir localmente») e ainda a espectacularidade das acções públicas, chamando a atenção dos *mass media*. O impacto dos NMS deriva muito da sua vinculação a uma «contra-cultura» geracional que se propagou no tempo, mesmo depois do seu esvaziamento político, e continuou a repercutir-se na sociedade sob diversas formas.

Em contextos particulares, como aqueles onde a luta de massas e o clima de agitação política foram mais intensos – como aconteceu em Portugal no 25 de Abril de 1974 –, o sindicalismo e a acção popular misturaram-se de tal modo que foi impossível distingui-los. Partidos, sindicatos e movimentos de base combinavam «novas» e «velhas» lógicas de acção. A Revolução dos Cravos foi, como se sabe, vista por muitos como expressão de continuidade dos NMS da Europa, um exemplo que chegou a criar expectativas de construção de uma democracia participativa e socialista, fundada nos movimentos populares. Mas, ao mesmo tempo, os partidos da extrema-esquerda e o Partido Comunista Português (PCP) advogavam uma «ditadura do proletariado» ou sonhavam com um novo enclive soviético na Península Ibérica (a lei da unicidade ia nesse sentido). Seja como for, a «utopia» portuguesa desvaneceu-se rapidamente e a história prosseguiu com a institucionalização da democracia representativa e a posterior adesão do país ao clube da União Europeia. O campo laboral e as estruturas sindicais foram sendo progressivamente colocadas perante problemas comuns aos outros países europeus, derivados da abertura de fronteiras e da globalização económica.

Globalização e os novos desafios do sindicalismo

Entre os efeitos da globalização neoliberal surgiram novas formas de trabalho mais desreguladas e um quadro social marcado pela flexibilidade, subcontratação, individualização e precariedade da força de trabalho. Assitiu-se a uma progressiva redução de direitos laborais e sociais, e ao aumento da insegurança e do risco, num processo que se vem revelando devastador para a classe trabalhadora e o sindicalismo neste início do século XXI. Já não são os direitos laborais que se pretende defender, mas apenas o emprego, e reforça-se a ideia de que «o pior dos empregos é sempre preferível ao desemprego», que traduz bem a debilidade em que se encontra hoje o trabalhador. O actual compromisso capital-trabalho não passa de uma aparência de compromisso, ou seja, uma imposição de novas e mais precárias condições ao parceiro mais fraco do contrato.

Tomados por muitos como factores de bloqueio ao crescimento económico e ao desenvolvimento, os sindicatos queixam-se, com razão, de que estamos a regressar aos tempos «satânicos» de Marx. Mas a mítica classe operária que alimentou o discurso sindicalista do passado está em irreversível desagregação e não surge no horizonte nenhuma outra entidade capaz de congrega a unidade dos assalariados. As actuais pressões do mercado e da economia global deixam aos sindicatos uma margem de manobra cada vez mais estreita, mas, por outro lado, o esforço de actualização por parte das estruturas sindicais tem sido diminuído e insuficiente para responder aos problemas actuais.

Nas últimas décadas, enquanto a economia e os mercados deixaram de estar confinados a fronteiras, o movimento sindical revelou grandes dificuldades em agir para lá do âmbito nacional (e muitas vezes sectorial).

A globalização encerra múltiplas contradições e gera efeitos paradoxais, por vezes justapondo lógicas globais e locais. Expressão disso foi a recente onda de movimentos sociais que se reclamam de uma «alterglobalização». Apesar de o sindicalismo apenas timidamente se ter envolvido nessa iniciativa, o actual contexto apresenta um conjunto de novos desafios para o movimento sindical e outros movimentos sociais. Diversos autores e académicos têm formulado a necessidade de se criarem novas alianças e dinâmicas in-

ternacionalistas, inclusive através do potencial que representa o «ciberespaço» como instância decisiva do activismo em rede e a democracia electrónica do século XXI.

Tais dinâmicas só poderão fortalecer-se com um *sindicalismo de novo tipo*: um sindicalismo de movimento social, ao mesmo tempo local, nacional e transnacional; pragmático e utópico, mas também autónomo e criativo; orientado para a intervenção cidadã, que se estenda para além da esfera laboral; que passe das solidariedades nacionais para as transnacionais, de dentro para fora, dos países avançados para os países pobres; que não abdique da defesa dos valores democráticos, mas em que estes se alarguem à democracia participativa (nas empresas, instituições públicas, escolas, cidades, comunidades, etc.); que coloque as questões ambientais e a defesa dos consumidores, dos saberes e tradições culturais locais, no centro das suas lutas e negociações; que resista ao capitalismo destrutivo através de um maior controlo sobre o processo produtivo, os investimentos, a inovação tecnológica e as políticas de formação e qualificação profissional; que pense os problemas laborais no quadro mais vasto da sociedade, da cultura ao consumo, do trabalho ao lazer, da empresa à família, do local ao global; por fim, que saiba aproveitar os novos meios informáticos e as tecnologias da informação para se tornar mais interventivo e dinâmico, em especial junto das camadas de trabalhadores mais jovens e/ou mais precários.

Mas tudo isto pressupõe uma estratégia ambiciosa que rompa com a prática de acomodação ao funcionamento burocrático em que boa parte do actual sindicalismo se deixou enredar. Tudo isto pressupõe um debate aberto e uma genuína vontade de renovação (do sindicalismo, da ideologia e da esquerda), o que em Portugal é urgente. Muitos sindicalistas e dirigentes mostram vontade de prosseguir este caminho de abertura, mas as forças da ortodoxia comunista que ainda dominam as estruturas sindicais (no caso da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, CGTP) – presas que estão às suas próprias teias dogmáticas, ou por puro instinto de sobrevivência – dificilmente irão permitir-lo. O dilema actual é, pois, entre: *consolidação sindical* com reforço da autonomia, da abertura e da democracia interna; e *implosão sindical* com reforço da instrumentalização e do aparelhismo autoritário.

* Professor do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Redactor do blogue <http://boasociedade.blogspot.com>.

1 Este texto baseia-se em dois textos recentes do autor editados no Anuário *JANUS 2008* (coord. Luís Moita), «Sindicalismo e movimentos sociais» e «Entre os velhos e os novos activismos», *Público/Universidade Autónoma de Lisboa (UAL)*, Lisboa, 2008, pp. 184-188. Algumas referências bibliográficas: Pauline Dibben, «Social movement unionism», in Mark Harcourt e Geoffrey Wood (eds.), *Trade Unions and Democracy*, Manchester University Press, Manchester, 2004, pp. 280-392; Elísio Estanque, «A questão social e a democracia no início do século XXI», *Fimisterra – Revista de Reflexão Crítica*, n.º 55/56/57, Lisboa, 2007, pp. 77-99; e Peter Waterman, «O internacionalismo sindical na era de Seattle», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 62, Centro de Estudos Sociais (CES), Coimbra, 2002, pp. 33-68.

2 Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1998, ao longo da década de 1990 as taxas de sindicalização foram fortemente reduzidas em países como Israel (-75,7%), Nova Zelândia (-46,7%), Portugal (-44,2%), França (-31,2%) e Reino Unido (-25,2%), enquanto noutros países aumentaram substancialmente, como na África do Sul (+126,7%), Espanha (+92,3%), Chile (+89,6%), China e Taiwan (+49,8%) e Holanda (+19,3%). No caso português, os últimos dados sistematizados que se conhecem mostram que, entre 1990 e 1997, a taxa de sindicalização passou de 31,7% para 24,3%, uma das mais baixas da União Europeia (UE 15), apenas à frente da França e da Espanha (Visser, 2004). Porém, outras fontes (como o Observatório Europeu de Relações Industriais – EIRO, 2004) situam a taxa de sindicalização portuguesa nos 30,6% (em 2004).



DOSSIÊ

Sindicalismo e globalização: novos desafios

Entrevista a
Carvalho da Silva [pp.2-3]

Sindicalismo e democracia
na era da globalização

Por ANDRÉ FREIRE [p.4]

O sindicalismo
na encruzilhada

Por ELÍSIO ESTANQUE [p.5]

